



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 28 DE NOVEMBRO DE 2002

Senhor Ministro da Educação, Professor Paulo Renato Souza; Senhores Ministros de Estado que aqui nos acompanham; Senhoras e Senhores agraciados com a Ordem Nacional do Mérito Educativo; Senhoras e Senhores,

Que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento pelo trabalho desenvolvido, no Ministério da Educação, não só pelo Ministro Paulo Renato, a quem já me referi em várias oportunidades – na verdade, a gratidão não é só minha, senão de todo o Brasil, pelo esforço imenso que, sob sua direção, foi realizado nestes oito anos, para que pudéssemos avançar, em matéria educacional – mas, também, por aqueles que formam a sua equipe, que são numerosos.

Por certo, hoje, os homenageados, os agraciados pertencem a várias atividades, muitas delas distantes do Ministério da Educação. Mas, todos eles hão de entender que, tendo eu a oportunidade de, neste final de Governo, me referir, uma vez mais, ao que foi feito no Ministério da Educação, seria imperdoável se eu, pelo menos, não mencionasse alguns nomes.

Certamente, ao mencionar alguns, terei deixado de mencionar muitos outros, que são merecedores, também. Mas, assim o farei, simplesmente, para simplificar e para não ser exaustivo, porque seria impossível mencionar todos, tantos foram os que se dedicaram, pelo Brasil afora, à reconstrução da educação brasileira, para que pudéssemos alcançar resultados como os que foram assinalados pelo Professor Paulo Renato.

A Doutora Maria Helena Castro foi uma dessas pessoas a que queria me referir aqui, pelo muito que fez, assim como o Doutor Abílio Baeta Neves, o Professor Pedro Paulo Popovic, a Professora Iara Prado, a Professora Gilda Portugal Gouvea e tantos e tantos outros que estão aqui presentes e que podem se sentir nomeados pelos que já mencionei, porque trabalharam em equipe, e trabalharam com um denodo enorme. Só quem conhece de perto o que é trabalhar num ministério que tem como responsabilidade o conjunto do País e que tem, como meios para efetivar essa responsabilidade, muitas vezes, recursos escassíssimos, não apenas em dinheiro, mas, sobretudo, em pessoas treinadas e motivadas, é que pode avaliar o esforço que foi feito por estas pessoas que estão aqui, muitas das quais são agraciadas.

Naturalmente, todos os que estão aqui, tenham trabalhado no Ministério da Educação ou não, recebem esta homenagem do Governo do Brasil, porque são pessoas que se dedicam à construção do futuro. Quem trabalha em matéria educacional trabalha pensando no futuro.

E são, muitas vezes, ações cujos efeitos demoram para que se manifestem. São efeitos de longo prazo. Educação é um investimento de longo prazo, mas é um investimento essencial em qualquer país. E é um investimento de longo prazo, porque tem como matéria-prima os que são os mais jovens, aqueles que vão ter a possibilidade de um horizonte mais largo, que, se as gerações maduras não tiverem o sentido de responsabilidade, de dedicarem um esforço todo especial à educação, terão suas vidas frustradas e o País, no seu conjunto, sofrerá também, porque não será possível desenvolver a sua potencialidade de maneira adequada.

Eu sei – e o Ministro Paulo Renato mencionou já – que sempre há muitas deficiências, quando se olha um programa da magnitude que é

cuidar do ensino e da educação de um povo. Imensas dificuldades e, certamente, haverá, sempre, muitas falhas a serem apontadas.

Mas, se há alguma coisa pela qual nós todos, brasileiros, podemos nos sentir, hoje, orgulhosos, é que esse programa mencionado pelo Ministro Paulo Renato, de colocar todas as crianças na escola, foi um programa vitorioso.

Não as temos ainda todas na escola. Faltará, sempre, um pequeno percentual, como em qualquer país do mundo. É muito difícil alcançar 100%. Mas estamos já, certamente, naquele patamar de 97%, que é o patamar atingido pelos países mais ricos e mais desenvolvidos. E o que é mais significativo é que isso foi atingido num tempo curto.

Em 92, dos 20% de brasileiros mais pobres, nós ainda tínhamos 75% das crianças das camadas mais pobres, fora da escola. Hoje, esse número ainda é preocupante, porque é 93, é abaixo do conjunto da média nacional, da média não, do alcançado no País. Mas passou-se, praticamente em 10 anos, de 25% fora da escola, entre os mais pobres, para 7%. E entre os negros, que normalmente é uma população discriminada no Brasil, ou foi, passamos de 75% para 95%, de um pouco mais de 75 para 90 e poucos por cento, 95%.

Isso mostra que a educação atingiu o objetivo: chegou aos mais pobres, aos mais carentes. E não me canso de repetir que estar na escola, no Brasil, é o primeiro sinal claro de inclusão social. Quem está na escola já não está excluído. Entra numa rede, numa teia de relações humanas, numa teia de relações nacionais e passa a participar do conjunto da comunidade nacional. E, se são os mais pobres, não apenas passam a participar como cidadãos, que todos têm o direito de participar, mas ainda têm, adicionalmente, o fato de que há um programa no Brasil, que é um programa do qual devemos nos orgulhar – e digo com toda a tranquilidade –, porque é um programa antigo, mas que se está aperfeiçoando, que é o da merenda escolar. E, hoje, a verdade é que fornecemos, nas escolas brasileiras, a 37 milhões de crianças, pelo menos, uma refeição por dia e, nas áreas mais pobres, duas refeições por dia, durante o período letivo de 200 dias e, muitas vezes, o tempo todo

nas comunidades mais carentes. É o maior programa nutricional de que se tem notícia, não só no Brasil.

Portanto, ao mesmo tempo em que assinalamos, como sempre, como fez o Ministro Paulo Renato, as nossas deficiências, temos a obrigação de mostrar aos brasileiros que estamos cumprindo a nossa parte, no sentido de diminuir, minorar as dificuldades e diminuir as desfasagens que ainda existem entre as classes, no Brasil, como um todo, no que diz respeito à comparação com os países mais desenvolvidos.

Não foi fácil chegar a esse ponto. Para que houvesse um estímulo efetivo à educação fundamental, foi preciso mudar a Constituição, foi preciso fazer o Fundef, que foi o passo básico para permitir, primeiro, que o Governo Federal dispusesse de recursos, ou melhor, fosse obrigado a transferir parte de seus recursos aos municípios e, segundo, da mesma forma, que os estados transferissem recursos aos municípios, de tal maneira que, hoje, temos uma municipalização do Ensino Fundamental, que era o objetivo, porque a escola básica tem que estar mais sob a responsabilidade direta do município do que do estado e, naturalmente, menos ainda do Governo Federal. A responsabilidade de ministrar o ensino, mas não a responsabilidade de construir as condições para que esse ensino possa ser ministrado. E o Fundef foi o instrumento básico para que isso ocorresse.

Quero aproveitar para dizer que o atual Ministro da Saúde, Barjas Negri, teve um papel também, quando foi Secretário do Ministério da Educação, na formulação desse programa, que é o Fundef.

Esse programa permitiu que houvesse, também, alguma melhoria nos salários dos professores do Ensino Fundamental, em termos reais, sobre tudo nas áreas mais pobres do Brasil, nas áreas mais carentes do Brasil.

O Ministro Paulo Renato acabou de mostrar que ele não se conforma com a idéia de que apenas houve uma melhoria quantitativa. E há dados que mostram que os esforços feitos para a melhoria qualitativa foram acentuados também. Eu me refiro, sempre com entusiasmo, a um programa que se chama Parâmetros Curriculares Básicos, que modificou o conteúdo dos textos e o quadro de referências que o professorado tem para organizar as suas aulas. E, ao fazer isso, eliminou dos textos escolares,

também, muito preconceito, não só diretamente através dos livros didáticos, mas também através dos parâmetros que orientam o professor, para acabar com a discriminação de gênero, de classe, de raça, enfim, para criar valores democráticos, valores de igualdade, que são fundamentais para que a nossa sociedade possa efetivamente avançar.

E, ao lado disso, houve uma distribuição sistemática de livros didáticos. Eu mesmo me surpreendi, outro dia, quando recebi a visita do Sindicato dos Editores do Brasil e me perguntaram se eu sabia quantos livros nós havíamos distribuído durante os meus anos de governo. E eles me disseram – e dou a fonte: 1 bilhão de livros, no conjunto dos programas, não só de livros didáticos, mas também de literatura, que passamos através dos programas de incentivo à biblioteca, para fazer com que os livros cheguem às pessoas. É bom que os brasileiros saibam que o Governo Federal distribuiu 1 bilhão de livros no Brasil, em oito anos.

É também de notar que, para que pudéssemos atender ao aperfeiçoamento do professorado – temos 2 milhões de professores, ou mais, no Ensino Fundamental –, foi criado todo um sistema de educação à distância. Esse sistema, que se colocou como um sistema à frente dos sistemas disponíveis, buscando informações onde fosse, notadamente no Canadá, na Inglaterra, é um sistema que permite o treinamento à distância, permite que, nas áreas mais remotas do Brasil, exista, hoje, um treinamento contínuo, de tal maneira que o professorado se aperfeiçoa.

Não bastasse isso, nós não nos descuramos, também, do ensino superior, ao contrário do que alguns andaram apregoando. Na verdade, o ensino superior cresceu a uma média de 8,6 ao ano. Ou seja, cresceu bastante, mais do que a taxa normal de crescimento, que seria de três e pouco por cento, muito mais rapidamente do que a coorte de idade em condições de atingir as universidades.

E as universidades tiveram apoio sistemático do Ministério de Ciência e Tecnologia, onde os fundos de incentivo à pesquisa cresceram exponencialmente, e nós, daqui por diante, teremos, adicionalmente, a cada ano, cerca de 1 bilhão de reais nos 14 fundos que foram criados para incentivar a pesquisa, não só na universidade, mas, em geral, a

tecnológica e a científica. De modo que houve, efetivamente, um acrescentamento grande.

E, nas universidades, houve, também, um esforço muito grande para que elas estivessem mais afinadas com o espírito do tempo, para que as suas bibliotecas fossem melhoradas e para que houvesse, efetivamente, uma capacidade maior de gestão, assim como houve incentivo para que o professorado avançasse segundo seus méritos, e não apenas no decorrer do tempo. Ciência, saber e universidade não se coadunam com métodos burocráticos de ascensão de carreira. Na carreira, sobe quem sabe. Naturalmente, dentro de certos limites, porque há necessidades humanas que têm que ser atendidas. Mas, uma carreira universitária que se preze não preza a burocracia, preza o mérito. Não preza o passar do tempo, para poder ser promovida, preza o aperfeiçoamento contínuo. Isso foi introduzido no sistema universitário brasileiro, com muita dificuldade.

Também houve muita dificuldade em fazer-se o chamado “provão”, que, entretanto, provou ser algo muito substantivo. No primeiro provão, eram 55 mil estudantes e, no último, foram 400 mil estudantes, o que mostra que houve, realmente, uma aceitação muito grande do provão, como instrumento para que possamos avaliar a efetividade das nossas escolas. Quando disse que são 400 mil estudantes, isso quer dizer que, hoje, 90% dos que concluem o curso universitário se submetem ao provão.

De tal maneira que, no conjunto, podemos dizer que, com esses programas, com o Programa Nacional de Informática, com o treinamento dos professores, através da TV Escola, que já alcança quase 30 milhões de alunos e mais de um milhão de professores em todos os estados do Brasil, nós vemos que, efetivamente, caminhamos bastante.

Quero dizer mais: quero dizer que os resultados palpáveis, no decorrer do tempo, vão se materializando. Hoje, em matéria de formação em doutoramento e em mestrado, o avanço foi muito grande. Estamos formando – e eu repito isso sempre – seis mil doutores e 30 mil mestres. No conjunto, equivale à mesma coisa que se produz na Itália. É alguma coisa bastante significativa.

E é bom que os brasileiros aprendam, também, os números que nos envaidecem, e não somente os números que nos entristecem. Estes existem, mas há outros números que nos envaidecem. E não envaidecem o Governo, porque isso não é fruto de um governo, isso é fruto de uma sociedade, é fruto de um país, é fruto de uma determinação de avançar, que é a determinação que esse povo tem e que, hoje, estamos vendo.

Claro, nós também sabemos que existem muitos problemas que não se resolvem só com a determinação e que as oportunidades, às vezes, não são dadas, mesmo àqueles que têm determinação para avançar.

Por isso, há programas mais especiais, como o Bolsa Escola, que é um programa que tem um alcance muito grande, porque atinge, também, as populações realmente carentes. E, hoje, nós temos, já, cerca de 9 milhões de alunos beneficiários do Programa Bolsa Escola. E estamos marchando para a consolidação de um cadastro único das famílias carentes, de tal maneira que o conjunto de programas sociais do Governo, se o próximo Governo tiver a sensatez de levar adiante – como eu espero que tenha – esses programas, será possível unificar esses programas todos. E ver-se-á, portanto, que a eficiência poderá ser aumentada, evitando redundância ou, quem sabe, ampliando o apoio àqueles que mais precisam.

É por isso, e porque temos, ao mesmo tempo, realizações concretas nessa área da educação, programas bastante focalizados para atender aos mais carentes, programas bastante complexos para atender aos desafios do desenvolvimento científico e tecnológico e aos da competição internacional, que, olhando-se para o conjunto, é possível dizer que estamos avançando.

E não por outra razão irei, daqui a alguns dias, receber um prêmio que, muito mais do que a mim, é dado a todos aqueles que trabalharam na área social do Brasil. As Nações Unidas reconheceram, através dessa premiação, que o Brasil foi o país que mais celeremente avançou, na década, em matéria de educação, de saúde, de programas sociais, de acesso à terra, de manutenção da democracia. Com isso, foi a primeira vez que as Nações Unidas fazem essa premiação, que passou por um júri comandado pelo Professor Stiglitz, que é Prêmio Nobel de Economia,

um dos críticos mais acerbos da ordem econômica internacional presente e muito rigoroso na avaliação dos programas sociais.

Digo isso não por vaidade, até porque, repito, o prêmio é dado, por intermédio do Presidente da República, na verdade, ao país que mais avançou. Recentemente, recebi das mãos do Presidente do Banco Mundial um relatório, no qual há uma análise comparativa entre o Brasil, a China, a Rússia, o México e alguns países mais, onde se vê, de novo, o mesmo resultado: o país que mais avançou em termos das áreas sociais, embora não fosse o que tivesse crescido mais, do ponto de vista da medida do Produto Interno Bruto, foi o Brasil.

Por todas essas razões, Senhor Ministro Paulo Renato, Senhores Professores aqui presentes, Senhoras e Senhores agraciados, desculpando-me de ter utilizado uma festa de premiação para aqueles que estão, muitas vezes, nem direta e nem indiretamente ligados aos programas do Ministério da Educação, mas que são pessoas ligadas à educação, desculpando-me por ter me referido, tão amiudadamente, à questão do Ministério da Educação, eu quero lhes dizer que é com grande orgulho que vejo que aqueles que, hoje, recebem estas medalhas são pessoas que comungam desse mesmo espírito de gente que crê no Brasil e, porque crê no Brasil, sabe que o fundamental é o ensino, o fundamental é a educação.

Portanto, em nome de todos os brasileiros, como seu Presidente, eu só tenho uma palavra: muito obrigado.